

# AINST/16/00091 — Relatório final da CAE

## I - Avaliação da Instituição

### Perguntas A1. e A2.

#### A1.1 Instituição de Ensino Superior:

Escola Superior De Saúde Jean Piaget De Viseu

#### A1.2 Entidade instituidora:

Instituto Piaget - Cooperativa Para O Desenvolvimento Humano, Integral E Ecológico, Crl

#### A2. Natureza da instituição:

Outro Politécnico

## Requisitos Gerais

### A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

#### A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

#### A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O PECC descrito abrange as mais diversas áreas da atuação, o que nos leva a concluir que, sendo aplicado, está de acordo com a Missão da Escola, indo ao encontro dos seus alunos e docentes, para além da própria sociedade envolvente em que se insere. Neste aspeto, salienta-se o Centro de Inovação em Saúde (CIS).

Também de referir é o apoio à inserção de diplomados no mercado de trabalho, o que, como se destaca, promove a interação com a sociedade.

É, pois, satisfatória a forma como o PECC se encontra descrito, bem como a sua inserção no Ensino Politécnico.

### A4. Organização e gestão

#### A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

##### A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente

##### A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Os órgãos em funcionamento encontram-se de acordo com os Estatutos e correspondem, maioritariamente, na sua composição, ao Ensino Politécnico.

Todavia, nem sempre respeitam o definido pelo RJIES, em relação a este último aspeto (inerências no CTC e CP, as quais não se encontram legalmente previstas). Assim, torna-se prioritário que os Estatutos sejam revistos e obedeçam ao citado documento. Naturalmente que se trata de um trabalho a realizar de imediato, ficando, contudo, a sua aprovação sujeita a concordância superior, a qual, naturalmente, já não é função da Escola.

No entanto, repete-se, a alteração dos Estatutos (não a sua aprovação superior) é tarefa prioritária e da competência exclusiva dos órgãos da mesma.

Destaca-se a existência de um Provedor do Estudante, constatando-se que funcionam dois outros órgãos que não é normal existirem - Conselhos Consultivo e Disciplinar.

Face à característica privada da Escola, compreende-se a forma de constituição dos órgãos, quando

ela é referida no Relatório de AA.

Contudo, parece-nos que o exercício de variados poderes e/ou funções se encontram demasiado concentrados na figura da Diretora, o que é compreensível, dado tratar-se de pessoa de confiança da Entidade Instituidora.

#### **A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento**

##### **A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:**

Em parte

##### **A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Embora nos pareça que existe autonomia científica e pedagógica e que a participação da comunidade académica se encontra salvaguardada, o que antes se referiu permite que sejam suscitadas algumas dúvidas quanto à questão aqui abordada, uma vez que os Estatutos retiram competências, nomeadamente ao CTC que estão previstas no RJIES.

#### **A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento**

##### **A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:**

Em parte

##### **A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Aqui se repete o que antes se disse, dada a importância atribuída à figura da Diretora, o que não significa que, de facto, haja participação da comunidade académica citada.

#### **A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade**

##### **A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):**

Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)

##### **A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).**

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

<sem resposta>

##### **A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)**

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

Constituindo uma prioridade institucional, o SIGQ, contudo, não se encontra implementado, prevendo-se que esteja concluído em 2018 e que também nesse ano seja submetido à acreditação por parte da A3ES.

A Escola dispõe já de um Manual da Qualidade (publicado em 2013!), o qual possui 13 referenciais e parece obedecer aos princípios gerais da Entidade Instituidora.

O responsável técnico pela elaboração do Manual da Qualidade e do SIGQ possui uma formação académica adequada à elaboração do Sistema e os outputs que este produz são agradavelmente surpreendentes. Falta, no entanto, introduzir um conjunto de informações relacionados, principalmente, com o corpo docente.

Do ponto de vista global o SIGQ parece-nos referir os principais eixos a integrar, embora nunca se abordem aspetos relacionados, por exemplo, com apoio a alunos ou prestação de serviços à comunidade. Saliente-se, contudo, a preocupação de divulgar tudo o que ao SIGQ diz respeito. Desconhece-se se já existe alguma certificação externa, dado que é referida uma "...avaliação externa periódica".

Face ao descrito, entende-se, por isso, que ao longo do Relatório de AA, o SIGQ seja referido como um instrumento já em plena utilização.

Tal não implica que a IES tenha previsto que o SIGQ venha a ser implementado e submetido a

acreditação do mesmo no próximo ano letivo de 2018/2019.

## **A5. Ensino**

### **A5.1. Procura e acesso**

#### **A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:**

Sim

#### **A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Embora não seja explicitamente referido no Relatório de AA, subentende-se que a procura não tem sido a desejada, pelo que a aposta na qualidade do ensino, na atração de novos públicos, no recrutamento de alunos oriundos dos PALOP e internacionais, bem como a participação no Erasmus, sejam as estratégias utilizadas para ultrapassar o problema.

Constata-se que, embora a situação tenha melhorado em 2016/2017, para ambos os cursos lecionados na Escola, nesse ano ainda ficaram por preencher um elevado número das vagas disponíveis.

Tal facto, contudo, não é, em nossa opinião, uma consequência da ausência de estratégias na política de recrutamento adotada pela Escola.

No entanto, embora tal se reconheça, não deixa de constituir um objetivo da ESS diversificar estratégias que tentem minimizar a situação.

### **A5.2. Sucesso escolar**

#### **A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:**

Sim

#### **A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Este aspeto não tem sido descurado, pois são vários os procedimentos adotados pela Escola ao longo dos anos, os quais são referidos no Relatório de AA.

Aqui se encontra, de resto, uma das situações onde a monitorização do sucesso é feita com recurso ao SIGQ.

Por outro lado, parece-nos que o Conselho Pedagógico também acompanha o funcionamento de cada UC, sendo divulgados todos os resultados.

Todavia, a taxa de abandono é quase 25 % e o insucesso, atinge, globalmente, cerca de 10 %.

Desta forma, e apesar do que antes se referiu, estes aspetos devem ser objeto de atenção permanente por parte dos órgãos da Escola, sendo que algumas medidas já foram implementadas. Também elevada é a taxa de retenção dos estudantes, significando para a Escola que este indicador se refere à permanência dos estudantes na Escola, justificando-se, assim, os citados 25% da taxa de abandono atrás referidos.

### **A5.3. Ligação à investigação orientada**

#### **A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:**

Não

#### **A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Embora os planos de estudo dos Cursos incluam UC ligadas à investigação e os alunos submetam os seus trabalhos a apresentação em eventos científicos, não se consegue vislumbrar nem a participação ativa daqueles em projetos de investigação, nem, sequer, a existência destes, uma vez que o CIS antes referido não é, segundo nos parece, uma Unidade de Investigação.

De realçar, nesta área, a referência a parceiros nacionais e internacionais, os quais, contudo, nunca são apresentados.

Logo, tais factos levam-nos a concluir que a investigação orientada apenas assenta na teoria e não na prática.

Esta afirmação baseia-se no facto de não se detetar, a este nível, investigação académica e científica no sentido linear da atividade, o que, de forma alguma, minimiza o trabalho realizado com e pelos alunos, o qual não deixa de ser meritório.

#### **A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho**

##### **A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:**

Sim

##### **A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

É o GAIVA (Gabinete de Apoio à inserção na Vida Ativa) que, desde 2007, assume a responsabilidade deste importante aspeto.

Também aqui, é o SIGQ que monitoriza, através de inquéritos on line, a empregabilidade. Com baixa taxa de retorno (apenas 30 %), prevê a Escola complementar esta monitorização com outras medidas não especificadas, as quais terão dado resultado, pois a taxa de retorno passou para 50 %..

São, no entanto, satisfatórios os dados da empregabilidade, apesar das baixas taxas de retorno e da amostra utilizada.

Conclui-se que 80 % dos alunos trabalham em Portugal, maioritariamente na sua área de estudo e que (o que é excelente) 96 % dos diplomados encontra emprego 6 meses após a conclusão do Curso. A média global é de 14 valores, salientando-se a preocupação de divulgar estes aspetos no Relatório de AA.

#### **A6. O corpo docente**

##### **A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:**

Sim

##### **A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

O primeiro aspeto a realçar é a juventude do corpo docente, situação quase inédita nesta área de ensino. Talvez tal facto corresponda à igual juventude da Escola.

Os docentes possuem formações adequadas às áreas de ensino da Escola e as exigências legais quanto às % de Doutorados e Especialistas é largamente cumprida, atingindo cerca de 75 % dos ETI's ( 35 % doutorados e 40,8 % especialistas).

No entanto, estes números são recentes e obtidos após um despedimento coletivo em 2014.

Realça-se a preocupação da Escola em recrutar docentes qualificados, embora, em função da natureza privada da Entidade Instituidora, a maioria dos contratos seja por 1 ano, o que denota precariedade e conduz à inexistência de uma carreira docente.

Logo, será importante salientar a impossibilidade de nos referirmos à estabilidade do corpo docente, face ao que antes foi referido.

Também importante, e tal como a IES reconhece, é a implementação da avaliação institucional do corpo docente, a qual se prevê vir a ter o seu início em 2018/2019.

#### **A7. A atividade científica e tecnológica**

##### **A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível**

##### **A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:**

Não

#### **A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Aparentemente a RECI é a Unidade de Investigação do Instituto Piaget e encontra-se reconhecida pela FCT.

Desconhece-se, contudo, como funciona, que projetos desenvolve e só muito recentemente alguns docentes da Escola se candidataram a ser integrados na RECI. De resto, esta apenas iniciou a sua atividade em 2015, abrangendo todas as áreas científicas, pelo que é muito embrionária a investigação na área da saúde.

De facto, de acordo com informações posteriores da IES, apenas 4 docentes doutorados da ESS integram a RECI, o que é, manifestamente, pouco. Isto, para além de apenas mais 3 docentes não doutorados da Escola colaborarem no trabalho de investigação.

Assim, reconhecendo-se que, no Universo Piaget, existem 74 investigadores só 4 pertencem à ESS nessa qualidade.

De resto, a própria Escola reconhece, no seu plano estratégico, que, só após a elaboração do RAA, partiu para o aumento da produção científica com um conjunto de medidas, recentemente implementadas e a concretizar num prazo de 3 anos.

Com ligação à comunidade através de parcerias, os resultados do que o Relatório de AA designa por investigação e realizada pela Escola é aplicada à realidade, com benefícios para a mesma e estímulo à participação dos estudantes.

Existe um parceiro específico responsável pela divulgação pública dos resultados.

Todas as iniciativas partem do pressuposto (louvável) do desenvolvimento de parcerias e do aproveitamento e valorização do conhecimento adquirido através daquelas.

Não se consegue, todavia, ver esclarecida a questão de se tratar, ou não, de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e profissional de alto nível e qual a sua valorização económica.

### **A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade**

#### **A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:**

Em parte

#### **A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Aparentemente os serviços à comunidade são restritos, limitando-se à divulgação do conhecimento científico, tecnológico e formativo.

É, portanto, em nossa opinião, reduzida e pouco aproveitada esta área.

Uma Escola ligada à área da saúde, localizada em zona de elevado envelhecimento populacional e com problemas sociais e financeiros, deveria encontrar outras formas de atuação junto dos cidadãos. Há, pois, fraco aproveitamento das capacidades, conhecimentos, recursos humanos (docentes e discentes) e materiais de que a Escola dispõe.

### **A7.3. Políticas de captação de receitas próprias**

#### **A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:**

Não

#### **A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Constata-se, como seria de esperar, que a principal fonte de financiamento da Escola (85 %) se obtém através de propinas, pelo que se justifica perfeitamente o que antes se afirmou quanto à prestação de serviços à comunidade.

De qualquer forma, verifica-se uma intenção de implementar estratégias conducentes à obtenção de mais receitas privativas. E será bom que, com urgência, elas se concretizem para que se verifique

um acréscimo significativo das mesmas e, quem sabe, a sustentabilidade da Escola.

## **A8. Políticas de colaboração nacional**

### **A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:**

Em parte

### **A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

O Relatório de AA refere-as. Todavia, não se encontram identificadas essas colaborações, nem como se concretizam.

## **A9. Políticas de internacionalização**

### **A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:**

Em parte

### **A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Igual à anterior, verificando-se, inclusive neste aspeto, que a IES reconhece a necessidade de consolidar fluxos de mobilidade de docentes e, ainda, dos próprios estudantes.

## **A10. Instalações**

### **A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:**

Sim

### **A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Face ao descrito no Relatório de AA, as instalações (bem como os equipamentos) encontram-se perfeitamente adequadas à atividade da Escola.

Dispondo de áreas generosas e de recursos, ao nível técnico, informático, base de dados e outros, o Campus, com 47000 m<sup>2</sup>, disponibiliza salas de aula, gabinetes, áreas de trabalho, laboratórios, espaços desportivos, refeitório, residência, etc.

Os laboratórios e espaços técnicos parecem responder plenamente às necessidades específicas das áreas científicas de Enfermagem e Fisioterapia.

De salientar, no entanto, que as salas teóricas são partilhadas com o outro estabelecimento de ensino existente no Campus, o qual é de cariz universitário.

Por outro lado, naturalmente com processos separados, também as funções dos serviços académicos são repartidas pelas Escolas, o que não nos parece correto, embora tal corresponda, segundo a IES, a uma lógica empresarial que, como é lógico, não deixamos de respeitar.

Reconheça-se, contudo, o esforço no sentido de proporcionar a docentes e principalmente a estudantes, o acesso a bases de dados e a melhoria constatada no acervo bibliográfico.

## **A11. Serviços de ação social**

### **A11.1. São assegurados serviços de ação social:**

Sim

### **A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Não obstante tratar-se de uma Escola privada, são adotadas políticas de concessão de bolsas de diferentes tipos aos seus estudantes.

A preocupação nesta área social estende-se ao apoio em situações precárias e alarga-se a apoiar atividades desportivas e culturais.

Já na referência às instalações se detetou a existência de infraestruturas adequadas e criadas para apoio aos estudantes (refeitório, residência, gabinete médico, biblioteca, etc.)

Conclui-se, portanto, pelo apoio tradicional no âmbito da ação social, apenas se podendo questionar, por exemplo, qual a estratégia adotada para a resolução dos problemas da saúde física e mental dos alunos.

## **A12. Informação para o exterior**

**A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:**

Sim

**A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

É importante que estas informações sejam divulgadas, sendo desejável que tal tivesse sido referido claramente no Relatório de AA.

## **Requisitos Especificos**

### **A13. Oferta educativa**

**A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

**OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

**A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

A escola possui 2 Licenciaturas acreditadas.

### **A14. Corpo docente**

**A14.1.** No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Sim

**A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

Com um total de pouco mais de 18 ETI's, o corpo docente possui 35 % de Doutores e quase 41 % de Especialistas.

### **A15. Observações**

**A15. Observações**

A ver em pontos seguintes.

## **II - Avaliação das Unidades Orgânicas**

### **B1. Ensino**

### **B1.1. Adequação da oferta educativa**

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

Como referido anteriormente.

### **B1.2. Estudantes**

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Tem-se verificado decréscimo.

A nível dos TePS não tem havido procura, bem como quanto ao Mestrado.

Em relação às licenciaturas, de 2013/2014 a 2015/2016, a % de colocação de estudantes decresceu de 64 para 62 e para 24 %.

### **B1.3. Diplomados**

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Os diplomados tiveram, de 2013/2014 a 2015/2016, uma taxa média de 25 %, o que é manifestamente reduzido.

## **B2. Corpo docente**

### **B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização**

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente.

### **B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação**

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Não é possível avaliar a estabilidade do corpo docente, dado que, há pouco tempo, existiu um despedimento coletivo.

## **Perguntas B3. a B5.**

### **B3. Instalações**

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente.

### **B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível**

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente.

### **B5. Produção artística**

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

Não aplicável.

## **Perguntas B6. a B7.**

### **B6. Prestação de serviços à comunidade**

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente.

### **B7. Colaboração nacional e internacional**

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.

Como referido anteriormente.

## **B8. Sistema interno de garantia da qualidade**



**B8. Sistema interno de garantia da qualidade**

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

**B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)**

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

**B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)**

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

**B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)**

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

Como referido anteriormente.

**B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria**

**B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas**

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Ver em III.

**B9.2. Áreas de excelência**

Identificação de áreas de excelência.

Não existentes.

**B9.3. Áreas com fragilidades**

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

A ver em III.

**B9.4. Recomendações de melhoria**

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A ver em III,

**B10. Observações**

**B10. Observações**

A ver na apreciação global, nas melhorias, pontos fortes e pontos fracos.

**III - Apreciação global da instituição**

**Perguntas C1. a C5.**

**C1. Apreciação global**

Apreciação global da Instituição.

Trata-se de uma Instituição jovem, localizada no interior do País, com condições físicas, materiais e humanas adequadas, mas que denota variadas fragilidades, as quais se constatarão nos pontos seguintes e já foram detetadas e salientadas ao longo do presente relatório..

**C2. Pontos fortes**

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Qualificação dos docentes.

Reconhecido esforço no recrutamento e qualificação dos docentes.

Boa taxa de empregabilidade.

Instalações (com os condicionalismos antes referidos) e equipamentos.

Aposta na estratégia de captação de estudantes estrangeiros.

Ação social.

Trabalho muito positivo ao nível do Manual da Qualidade e da elaboração do SIGQ.

### **C3. Pontos fracos**

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

Estatutos não enquadrados no RJIES.

Inexistência de Cursos do 2º ciclo

Fraca aposta na investigação.

Quase nulo aproveitamento financeiro na prestação de serviços à comunidade.

Inexistência de avaliação do corpo docente e da carreira deste.

Precariedade na contratação de docentes.

Baixa taxa de cooperação nacional.

Procura reduzida.

Elevada taxa de abandono escolar.

Nulo aproveitamento de recursos geradores de receitas privativas.

Aparente baixa taxa de cooperação internacional.

Dificuldade no recrutamento de mais docentes qualificados.

Dificuldades financeiras.

Procura nula nos CTeSP.

Acumulação de cargos e/ou funções por inerência, contrariando a legislação em vigor.

Investigação e produção científica extremamente escassa

### **C4. Recomendações de melhoria**

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

Aposta na investigação face à sua fragilidade na Escola, embora o mesmo não se estenda à Entidade Instituidora.

Maior e mais rentável prestação de serviços à comunidade e criação de "pontes" que permitam contribuir para a minimização das dificuldades financeiras.

Acreditação de cursos do 2º ciclo.

Acréscimo de cooperação nacional e internacional.

Implementação de estratégias mais eficazes para a captação de alunos do 1º ciclo e CteSP e redução do abandono e do insucesso.

Abrir a possibilidade de serem ministrados Mestrados na Escola e apoio à frequência de Doutoramentos em cooperação com Universidades.

Implementação definitiva do SIGQ.

Maior desconcentração de funções dirigentes.

De salientar que todas estas recomendações de melhoria são consideradas essenciais.

### **C5. Recomendação Final**

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Acreditar com as seguintes condições:

De imediato:

- a) Adequação do funcionamento da Escola e dos órgãos ao RJIES;
- b) Adequação dos Estatutos ao RJIES, sujeitos, naturalmente, à aprovação superior;
- c) Maior integração de docentes na Unidade de Investigação da Entidade Instituidora (RECI);
- d) Planificação estratégica tendente a melhorar a produção científica, o que, de resto, é reconhecido

e já começou a ser implementado;

e) Elaboração de um Plano Estratégico relacionado com procura, abandono e insucesso dos estudantes;

f) Criar e implementar um sistema institucional de avaliação do desempenho docente;

No prazo de 1 ano, apresentar os resultados do plano estratégico definido quanto a:

a) Implementação do SIGQ;

b) Avaliação dos docentes;

c) Políticas de apoio ao sucesso escolar;

d) Políticas de captação de novos estudantes.

No prazo de 3 anos:

Apresentar os resultados das políticas de investigação e internacionalização, no sentido de se concretizar as políticas definidas nesta área.